



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



TJ-SP

500 QUESTÕES GABARITADAS - TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Escrevente Técnico Judiciário



CÓD: SL-005AG-25
7908433280583

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Penal	37
3. Direito Processual Penal	47
4. Direito Processual Civil.....	61
5. Direito Constitucional	75
6. Direito Administrativo.....	89
7. Legislação Interna	99
8. Matemática.....	107
9. Informática.....	121
10. Raciocínio Lógico	135

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

O desafio

Vou desafiar meus leitores e minhas leitoras. É um convite a uma posição mais científica na formulação de opiniões. Meu texto de hoje tem dois objetos: um é de memória de um centenário, outro é uma metodologia de pensamento.

Começo pela metodologia. O pensamento científico tenta enfrentar o que for “preconceito”. Dentre muitos sentidos, a palavra indica um conceito surgido antes da experiência, algo que está na cabeça sem observação da realidade. O indivíduo é um evangélico fervoroso e, por causa da sua fé, evita ler um bom texto do Papa Francisco, por exemplo. Obviamente, o mesmo ocorre com o católico convicto em relação a outros credos.

Existem os que conhecem algo de uma referência, porém apenas tomaram contato com trechos, excertos, frases perdidas. Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. Como na parábola dos cegos que apalpam um elefante, uns imaginam que a forma do mamífero seja a de uma espada por tocarem no marfim, outro afirma ser uma parede por tocar em seu abdômen e um terceiro garante que é uma mangueira por ter encostado, exclusivamente, na tromba.

Passemos ao centenário e à união dos dois temas. A 19 de setembro de 1921, ou seja, há cem anos, nascia o recifense Paulo Reglus Neves Freire. Filho de classe média urbana, enfrentou dificuldades, porém seguiu o curso de Direito e começou a lecionar português. Seu olhar agudo esbarrava em um grande problema do Brasil: a alfabetização de adultos. Os métodos tradicionais causavam desistência. Apenas para dar uma breve indicação do tamanho do desafio: em 1906, de cada mil habitantes do Estado de Pernambuco, 193 eram alfabetizados e 807 analfabetos. Na área aproximada da então capital Rio de Janeiro, a alfabetização ultrapassava 50% da população. Éramos um país rural e com poucos leitores. Deixamos de ser um país rural...

O quadro foi mudando lentamente ao longo do século 20, sem nunca ter conseguido eliminar a gravidade do analfabetismo. Como construir uma sociedade produtiva e minimamente justa com analfabetismo, letramento imperfeito, dificuldades estruturais de leitura e de interpretação de texto?

Paulo Freire concebeu um modelo de alfabetização novo. Partiu do universo dos alunos em um célebre experimento com cortadores de cana. Empoderou os alunos que deixaram de ser receptores passivos de uma escola informativa, baseada na memória e com autoridade do professor. Escreveu sobre alguns dos seus fracassos que motivaram aperfeiçoamentos no método.

(Leandro Karnal. O Estado de S.Paulo, 19 de setembro de 2021.

Adaptado

Na passagem – Talvez Platão e a Bíblia sejam as vítimas mais frequentes desse mal. – o termo destacado está empregado como

(A) adjetivo, e refere-se à pouca atenção que as pessoas dedicam à leitura da Bíblia e das obras de Platão.

(B) substantivo, e retoma o sentido da concepção que o evangélico e o católico têm das obras do Papa.

(C) adjetivo, e qualifica os leitores evangélicos e os católicos como maus leitores da Bíblia.

(D) advérbio, e intensifica o mal que a divergência de ideias da Bíblia e de Platão exerce sobre os homens.

(E) substantivo, e reporta à ideia de que nem a obra de Platão nem a Bíblia são lidas na íntegra.

2. (2024)

Leia o texto para responder à questão.

Com seu milhão e meio de habitantes, Santiago está do tamanho em que uma cidade **já não tem a monotonia de uma cidade pequena** e ainda não tem os problemas aflitivos de uma cidade grande. Vida social animadíssima, todo mundo parece gostar de se reunir, beber (muito) e principalmente dançar. Como dança o chileno! Não é um nem outro, **é todo mundo**

que dança, bem ou mal, gordo ou magro, moço ou velho, e muito, e com uma grande alegria. Para mim, que danço muito mal, o Chile tem esta vantagem: aqui, se me dá na veneta, posso dançar à vontade, porque todo mundo está dançando e ninguém repara no sem-jeito. A vida noturna é relativamente animada e, em comparação com o custo da vida, muitas vezes mais barata que no Brasil, o país das boates caríssimas.

Os santiaguinos se queixam às vezes do transporte difícil, das complicações e problemas da vida urbana... Queixam-se de barriga cheia. Para quem vem do Rio, tudo aqui é fácil e ameno, encontrar o ônibus elétrico, o ônibus, o pequeno lotação que eles chamam de liebre, o táxi muito mais barato que no Brasil. E também arrumadeira, cozinheira, jardineiro que vem uma vez por semana – porque a grande, a pequena burguesia de Santiago se dá ao luxo de viver em casas, com jardim, quintal, galinheiro. Mora em apartamento quem quer, ou quem deseja viver exatamente no centro; os bairros residenciais são perto do centro e são bem arborizados, com seus largos canteiros de grama no passeio, com pequenas pracinhas ajardinadas de vez em quando – com muito mais verde, muito mais sossego e beleza, muito mais espaço que o bairro mais grã-fino do Rio de hoje, aquele que fica além do canal do Leblon. Há, certamente, como também no Brasil, muita miséria nos bairros pobres, e o frio faz a pobreza mais dolorosa; mas a classe média tem muito mais conforto e mais folga. Por isso, talvez, o homem da rua seja tão delicado, tão cordial, tão gentil para qualquer forasteiro, e tão frequentemente faz uma observação engraçada e amiga – assim como era o carioca há uns vinte e tantos anos.

(Rubem Braga. Cidade. <https://cronicabrasileira.org.br>, 28.04.1955. Adaptado)

No trecho "... já não tem a monotonia de uma cidade pequena...", pequena pertence à mesma classe de palavras que a destacada em:

(A) ... é todo mundo que dança, bem ou mal, gordo ou magro, moço ou velho, e muito, e com uma grande **alegria**.

(B) Para mim, que danço **muito** mal, o Chile tem esta vantagem: aqui, se me dá na veneta, posso dançar à vontade...

(C) A vida noturna é relativamente animada e, em comparação com o custo da vida, muitas vezes mais **barata** que no Brasil...

(D) Para quem vem do Rio, tudo **aqui** é fácil e ameno, encontrar o ônibus elétrico, o ônibus, o pequeno lotação...

(E) ... com muito mais verde, muito mais **sossego** e beleza, muito mais espaço que o bairro mais grã-fino do Rio de hoje...

3. (2025)

Leia o texto para responder à questão.

A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo anunciou a venda de sete imóveis no centro de São Paulo. O objetivo é arrecadar R\$ 200 milhões e quitar parte dos R\$ 650 milhões em dívidas da instituição. Trata-se de um paliativo que não estancará o sangramento sofrido não apenas pela Santa Casa de São Paulo, mas por toda a rede de hospitais filantrópicos do País em razão do subfinanciamento crônico imposto pela inércia do poder público e o oportunismo de seus agentes.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamentalmente um serviço público prestado por entes privados. Hospitais estatais são, em geral, insuficientes, ineficientes e caros. As Santas Casas e os hospitais filantrópicos respondem por quase metade dos leitos do SUS. Em quase 900 municípios, essas entidades são o único serviço de saúde. Segundo a Confederação das Santas Casas (CMB), em 2023 a rede pública foi responsável por apenas 27% das internações de alta complexidade do País, enquanto os hospitais filantrópicos responderam por 61%. Mas esses hospitais são vitimados pelo próprio sucesso.

Em teoria, o SUS seria um exemplo de cooperação entre o público e o privado para outros serviços públicos do País e para sistemas de saúde de todo o mundo: o Estado recolhe o dinheiro do contribuinte e o repassa a entidades sem fins lucrativos com o alcance e a expertise que ele não tem, garantindo a prestação de serviços de qualidade a todos os cidadãos. Mas como, na prática, os repasses não cobrem os serviços, os hospitais são obrigados a pagá-los.

Há décadas os valores de repasse da Tabela do SUS estão defasados. Hoje, os repasses não cobrem mais que 50% do custo dos procedimentos. Segundo a CMB, em 18 anos a dívida desses hospitais dobrou. Muitos não resistiram à pressão. Estima-se que, entre 2017 e 2021, 500 Santas Casas fecharam as portas. Na maior parte do País, em especial nas regiões mais carentes, o sistema está ruindo aos poucos, e a continuar assim o colapso pode ser súbito e brutal.

DIREITO PENAL

1. (2023)

A falsificação de selo destinado a controle tributário configura crime de

- (A) falsificação do selo ou sinal público.
- (B) falsificação de cartão.
- (C) reprodução ou adulteração de selo.
- (D) petrechos de falsificação.
- (E) falsificação de papéis públicos.

2. (2024)

A respeito do crime de petrechos de falsificação, previsto no artigo 294 do Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) É crime próprio de funcionário público.
- (B) É crime de ação múltipla ou de conteúdo variado.
- (C) Tem por objeto material o objeto (instrumento) destinado à falsificação de papéis públicos e particulares.
- (D) Admite a modalidade culposa.
- (E) É crime instantâneo e inadmite tentativa.

3. (2023)

Crime que tem a pena aumentada quando cometido por funcionário público que se prevalece do cargo:

- (A) falsidade de atestado médico.
- (B) falsidade material de atestado ou certidão.
- (C) reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.
- (D) falsificação do selo ou sinal público.
- (E) falsificação de documento particular.

4. (2024)

Caio, comerciante, contratou Mévia para trabalhar como recepcionista na loja de sua propriedade, tendo procedido à anotação do contrato de trabalho na carteira profissional, mas com remuneração menor à efetivamente paga. Tício alterou o número do chassi constante do documento de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo. Seprônia, em petição protocolizada em processo em que atua como advogada, afirmou de forma inverídica a hipossuficiência de

Mévio, seu cliente, para o fim da concessão da justiça gratuita. Mévio, por sua vez, cliente de Seprônia, firmou declaração inverídica de hipossuficiência, para instruir pedido de justiça gratuita.

Com base nas situações hipotéticas, assinale a alternativa correta.

- (A) Seprônia, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento público.
- (B) Mévia, em tese, ao permitir a anotação de informação não verdadeira em sua carteira profissional, incorreu no crime de falsidade ideológica, em coautoria com Caio.
- (C) Caio, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento particular, na modalidade omissiva, já que deixou de anotar a correta remuneração de Mévia.
- (D) Mévio, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento particular.
- (E) Tício, em tese, incorreu no crime de falsidade de documento público.

5. (2023)

Para participar de um concurso de miss que admitia apenas mulheres com idade superior a 21 anos, como sempre aparentou ser mais velha, Margot alterou, em sua carteira de identidade, sua data de nascimento, aumentando a sua idade para 22 anos, quando ela possuía apenas 18, e apresentou este documento quando do ingresso no concurso.

Com referência aos crimes contra a fé pública, Margot praticou o crime de

- (A) falsa identidade, previsto no artigo 307 do Código Penal.
- (B) falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal.
- (C) falsidade de documento particular, previsto no artigo 298 do Código Penal.
- (D) falsidade de documento público, previsto no artigo 297 do Código Penal.
- (E) supressão de documento, previsto no artigo 305 do Código Penal.

6. (2022)

Constitui crime contra a Previdência

- (A) inserir ou fazer inserir, em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório.
- (B) deixar de recolher as contribuições previdenciárias durante licença sem vencimentos.
- (C) negar publicidade acerca de informação pessoal de beneficiário, constante de processo administrativo previdenciário.
- (D) divulgar dados relativos aos valores pagos aos beneficiários de regime de previdência.
- (E) reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja.

7. (2024)

O fato do sujeito ativo ser agente público e cometer o crime prevalecendo-se do cargo é causa de aumento de pena no crime de

- (A) falsidade ideológica.
- (B) falsidade de atestado médico.
- (C) supressão de documento público.
- (D) falso reconhecimento de firma ou letra.
- (E) certidão ou atestado ideologicamente falso.

8. (2022)

Sobre os crimes contra a fé pública, previstos no Código Penal, é correto afirmar:

- (A) com exceção do crime de falsa moeda, previsto no art. 289, § 2º, do CP, todos os demais inadmitem a modalidade culposa.
- (B) no crime de falso reconhecimento de firma ou letra, previsto no art. 300, do CP, a condição de funcionário público do agente é causa de aumento da pena.
- (C) o crime de certidão ou atestado ideologicamente falso, previsto no art. 301, do CP, e o crime de falsidade material de atestado ou certidão, previsto no § 1º, do citado artigo do CP, são próprios de funcionário público.
- (D) o crime de atribuir-se falsa identidade, previsto no art. 307, do CP, e o crime de uso de documento de identidade alheia, previsto no art. 308, do CP, são apenados de forma idêntica.
- (E) no crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299, do CP, incidirá causa de aumento da pena, de sexta parte, se a falsificação é de assentamento civil.

9. (2024)

A, escrevente do cartório de notas, reconheceu como verdadeira a firma de B, em documento público, mesmo sabendo da sua falsidade. A conduta de A configura crime de

- (A) falsidade material de atestado ou certidão.
- (B) falso reconhecimento de firma ou letra.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) certidão ou atestado ideologicamente falso.

10. (2024)

O crime de falsidade de atestado médico, previsto no art. 302 do CP,

- (A) só pode ser cometido por médico.
- (B) só pode ser cometido por médico, médico veterinário ou estudante de uma dessas duas medicina.
- (C) só pode ser cometido por quem não é médico, tendo em vista que o atestado emitido por médico não há como ser considerado falso.
- (D) consuma-se no momento em que o sujeito auferir a vantagem indevida que o atestado proporciona.
- (E) está inserido no capítulo dos crimes contra a saúde pública.

11. (2024)

Aquele que faz uso de documento público falso comete o crime de

- (A) falsificação de documento público, cuja pena mínima é de cinco anos de reclusão e multa.
- (B) falsificação de documento particular, cuja pena mínima é de um mês de reclusão ou multa.
- (C) uso de documento falso, cujas penas são as mesmas cominadas à falsificação do documento público utilizado.
- (D) supressão de documento, cuja pena mínima é de cinco anos de reclusão e multa.
- (E) falsa identidade, cuja pena mínima é de quatro meses de detenção ou multa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (2024)

Caio, magistrado, casou-se, em abril de 2024, com Mévia, filha de Tércio, perito judicial. Posteriormente ao casamento, Caio verificou que Tércio atuou como perito judicial em processos que estão sob sua jurisdição.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

(A) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funciona como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.

(B) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atua como perito judicial, inexistindo, contudo, impedimento nos feitos em que a atuação já se encerrou.

(C) Ainda que venha a se divorciar de Mévia, Caio não poderá exercer jurisdição nos processos em que Tércio funcionou como perito judicial.

(D) Caio, por expressa previsão legal, é impedido de exercer jurisdição nos processos em que o sogro funcionou como perito judicial.

(E) Caio, por expressa previsão legal, deverá se declarar suspeito para exercer jurisdição nos processos em que o sogro atuou como perito judicial.

2. (2024)

Tendo em vista as causas de impedimento, suspeição e incompatibilidade previstas no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

(A) Uma vez que o Ministério Público, no processo penal, é titular da ação penal pública e atua como parte interessada, a ele não se aplicam as regras de suspeição e impedimento.

(B) O juiz que, anteriormente à investidura, atuou no processo como auxiliar da justiça não está impedido de exercer jurisdição no feito, já que a vedação é restrita às funções de advogado, promotor de justiça, delegado de polícia, perito e testemunha.

(C) Nos júzcos coletivos, não poderão servir no mesmo processo juízes que forem parentes consanguíneos entre si, em linha reta ou colateral, inexistindo proibição, contudo, quanto aos que forem parentes afins, em linha colateral.

(D) A dissolução do casamento não faz cessar a causa de impedimento decorrente de parentesco por afinidade, ainda que ausente descendente. Contudo, faz cessar a causa de suspeição, ainda que sobrevier descendente.

(E) O desembargador do Tribunal não poderá atuar em julgamento de recurso contra decisão proferida em processo em que ele próprio, atuando como juiz de primeiro grau, tenha se pronunciado sobre questão de fato ou de direito.

3. (2024)

Nos termos do Código de Processo Penal, Tício, diretor do cartório da 1ª Vara Criminal da Comarca X, sendo amigo íntimo de Caio, réu em processo penal que tramita na respectiva Vara,

(A) poderá atuar no feito, haja vista que apenas as causas de impedimento do juiz são extensivas aos serventuários e funcionários da Justiça.

(B) não poderá atuar no feito, em razão de se tratar de causa de suspeição de juiz, extensiva aos serventuários e funcionários da Justiça.

(C) poderá atuar no feito, haja vista que as causas de suspeição e impedimento do juiz são extensivas apenas aos serventuários da justiça, e não aos funcionários da Justiça.

(D) não poderá atuar no feito, em razão de se tratar de causa de impedimento de juiz, extensiva aos serventuários e funcionários da Justiça.

(E) poderá atuar no feito, haja vista que as causas de impedimento de juiz são extensivas apenas aos membros do Ministério Público e aos peritos oficiais.

4. (2023)

Tendo em conta as regras de impedimento e suspensão, previstas nos artigos 252 a 258, do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O promotor de justiça não poderá atuar em processos em que tenha figurado como advogado de qualquer das partes, podendo, no entanto, atuar naqueles em que figurou como testemunha ou informante.
- (B) O juiz dar-se-á por suspeito e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes, se parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, estiver respondendo a processo análogo.
- (C) O juiz não poderá atuar em processo em que ele próprio tenha figurado como advogado de qualquer das partes, não se aplicando o impedimento, no entanto, se a atuação como advogado é de parentes seus, por afinidade.
- (D) As causas de impedimento e suspensão decorrentes do parentesco por afinidade não cessarão com a dissolução do casamento, se houver filhos menores, cessando, no entanto, se inexistir filhos ou, se existir, já tenham atingido a idade adulta.
- (E) Não poderão figurar no mesmo processo, em juízos coletivos, juízes que sejam parentes entre si, ainda que afins, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau.

5. (2023)

Nos termos do artigo 252 do CPP, o juiz fica impedido de atuar e não poderá exercer a jurisdição no processo se

- (A) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.
- (B) tiver aconselhado qualquer das partes.
- (C) for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes.
- (D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.
- (E) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

6. (2022)

O juiz se declarará impedido se

- (A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.
- (B) tiver aconselhado qualquer das partes.
- (C) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- (D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

7. (2021)

A respeito do impedimento e da suspeição do Juiz, é correto afirmar que

- (A) as causas de impedimento e suspeição do Juiz não se aplicam aos serventuários e servidores da justiça.
- (B) as causas de impedimento estão relacionadas ao animus subjetivo do juiz quanto às partes; enquanto as de suspeição referem-se a vínculos objetivos do Juiz com o processo.
- (C) o Juiz restará impedido de atuar no processo se ele ou seu cônjuge, seus ascendentes ou descendentes estiverem respondendo a processo por fato análogo.
- (D) mesmo dissolvido o casamento, ainda que sem filhos em comum, o Juiz não poderá figurar em processos em que são partes os pais e irmãos do ex-cônjuge.
- (E) o Juiz restará suspeito para atuar em processo em que o próprio já tenha atuado como autoridade policial ou mesmo órgão do Ministério Público.

8. (2024)

A respeito da figura do acusado e do defensor, é correto afirmar:

- (A) a ausência do defensor à audiência previamente designada, ainda que justificada, não implicará adiamento do ato; entretanto, o juiz nomeará defensor dativo para representar o acusado.
- (B) parente do juiz não poderá figurar como advogado do acusado; tal impedimento não se aplica, contudo, ao defensor público.
- (C) o defensor público que, sem justo motivo, abandonar a defesa do acusado, responderá por infração disciplinar perante o próprio juízo criminal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (2023)

A empresa X, representada pelo escritório de advocacia Y, propôs ação de obrigação de fazer em face do Município de Vila Verde. A ação foi distribuída por sorteio para a 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Vila Verde que tem como escrivão Eduardo. O Município foi devidamente citado e na contestação apresentou a alegação de que, dez dias após a propositura da petição inicial, um primo distante de Eduardo foi contratado, como advogado, pelo escritório de advocacia Y, fazendo com que Eduardo seja impedido de exercer suas funções no processo. Diante da situação hipotética, é **correto** afirmar que a alegação apresentada em contestação está

- (A) **incorreta**, uma vez que não se trata de impedimento e sim de suspeição.
- (B) **correta**, desde que o primo de Eduardo intervenha diretamente no processo.
- (C) **incorreta**, uma vez que não há qualquer tipo de impedimento na atuação de Eduardo como escrivão em um processo no qual seu primo seja advogado.
- (D) **incorreta**, uma vez que os motivos de impedimento e suspeição se aplicam apenas aos Juízes, membros do Ministério Público e demais sujeitos imparciais do processo.
- (E) **incorreta**, uma vez que o impedimento só se verificaria se o primo de Eduardo já integrasse o processo antes do início da atividade de Eduardo.

2. (2024)

Num processo judicial, uma das partes juntou aos autos documento elaborado por meio de instrumento particular, redigido na língua inglesa, sem tradução. O juiz deverá

- (A) indagar à parte contrária se tem conhecimento do idioma e se concorda com a juntada.
- (B) aceitar o documento apenas se conhecer o idioma utilizado para a confecção do documento.
- (C) determinar que a parte junte o documento acompanhado de versão para a língua portuguesa firmada por tradutor juramentado.

(D) aceitar o documento, determinando a nomeação de tradutor público que deverá elaborar a tradução do documento.

(E) aceitar o documento, determinando que a parte apresente versão do documento na língua portuguesa, feita por ela própria, se conhecer o idioma, ou mediante contratação de alguém que tenha conhecimentos para realizar a tradução.

3. (2023)

José solicitou ao juiz a expedição de certidão de dispositivo da sentença do processo judicial do divórcio de Paulo, alegando ser credor deste. Pode-se **corretamente** afirmar que:

- (A) o processo judicial de divórcio é público, razão pela qual o pedido deve ser deferido.
- (B) o pedido de José não pode ser atendido, pois o processo judicial de divórcio corre em segredo de justiça, não podendo, salvo para os familiares das partes, serem expedidas certidões.
- (C) se José comprovar interesse jurídico, por ser credor de Paulo, pode ter seu pedido atendido.
- (D) deve o juiz previamente ouvir Paulo, pois somente com a concordância deste o pedido de José pode ser atendido.
- (E) deve o pedido ser indeferido, tendo em vista que o processo pode ser acessado de forma eletrônica pelo site do Tribunal, mediante prévio cadastro.

4. (2021)

A atividade jurisdicional deve ser revestida de publicidade por se tratar de exercício de poder público. Nesse panorama, os atos processuais devem ser públicos, todavia tramitam em segredo de justiça todos os processos

- (A) em que exista interesse difuso, envolvendo a demanda.
- (B) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- (C) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à personalidade.

- (D) que tratem de arbitragem.
 (E) de inventário ou arrolamento.

5. (2024)

João e Maria são advogados em sociedades de advocacia distintas e são também casados. João representa judicialmente Paulo em ação na qual figura como réu em litisconsórcio passivo com Pedro, o qual é representado judicialmente por Maria. A ação tramita em autos eletrônicos desde a sua conversão a este formato algumas semanas após a citação dos réus. Com base na situação e na legislação nacional, é **correto** afirmar que:

- (A) Pedro e Paulo terão prazo em dobro para se manifestar no processo, devido ao fato de serem litisconsortes passivos com advogados distintos.
 (B) pela simples razão de atuarem em sociedades de advocacias distintas, o fato de João e Maria serem casados não tem relevância para o prazo recursal.
 (C) Pedro e Paulo não terão prazo em dobro para se manifestar no processo, devido a João e Maria serem casados.
 (D) os réus não terão direito aos prazos em dobro, apesar de serem representados por advogados distintos, em razão de o processo tramitar eletronicamente.
 (E) não é legal a conversão de processos iniciados em formato físico para o formato eletrônico, por contrariar o direito de defesa e acesso ao Judiciário.

6. (2024)

Acerca das tutelas provisórias, é **correto** afirmar:

- (A) a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, salvo decisão judicial em contrário.
 (B) caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em até 5 (cinco) dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto com resolução de mérito.
 (C) quando requerida em caráter incidental, depende do prévio pagamento de custas.
 (D) no julgamento da tutela provisória, por ser uma decisão de cognição sumária, não é necessário que o juiz motive seu convencimento de modo claro e preciso.
 (E) considerando o caráter temporário da decisão da concessão da tutela de urgência, não se exigirá caução.

7. (2023)

Assinale a alternativa **correta** sobre a tutela provisória.

(A) O ressarcimento dos prejuízos advindos com o deferimento da tutela provisória posteriormente revogada por sentença que extingue o processo sem resolução de mérito deve ser postulado em novo processo, tendo em vista a extinção do processo em que foi deferida a tutela provisória causadora do dano.

(B) A contagem do prazo de 30 (trinta) dias para formulação do pedido principal se inicia na data em que for deferida a tutela cautelar, independentemente da data da efetivação da medida.

(C) A decisão interlocutória que majora a multa fixada para a hipótese de descumprimento de decisão antecipatória de tutela anteriormente proferida é irrecorrível por agravo de instrumento.

(D) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada, não conservando a eficácia durante o período de suspensão do processo pedido pela parte beneficiada com a medida.

(E) A tutela provisória concedida com fulcro na evidência, caracterizada por situações que autorizam a concessão de tutela jurisdicional em razão do direito apresentar-se cristalino, evidente, dispensa a prova do perigo de dano ou ao resultado útil do processo.

8. (2023)

Juliete propôs ação de indenização por danos morais alegando que sofreu ofensas verbais e constrangimento em razão da conduta de um funcionário da loja Z. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa **correta** acerca da possibilidade de concessão de tutela provisória para o caso.

(A) A tutela provisória só pode ser concedida após a apresentação de contestação pela loja Z, para que esta seja ouvida antes da decisão.

(B) A tutela provisória de urgência pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental, desde que presentes os requisitos legais, podendo ser exigida ainda caução real ou fidejussória idônea.

(C) A tutela de urgência só pode ser concedida se Juliete demonstrar que há risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa **correta**.

(A) Para a doutrina majoritária, a expansividade do catálogo constitucional dos direitos e garantias fundamentais se limita ao reconhecimento da existência de direitos e garantias de natureza individual, em paralelo ao disposto no art. 5º da Constituição Federal.

(B) É a dimensão objetiva dos direitos fundamentais que possibilita que o titular do direito possa utilizar-se do Poder Judiciário para garantir sua observância.

(C) Considerados em sentido duplo, pode-se sustentar que os direitos fundamentais cumprem, em regra, uma dupla função, abrangendo, ao mesmo tempo, uma dimensão positiva e negativa.

(D) De acordo com a teoria interna, há uma diferença entre os direitos fundamentais e as restrições a eles impostas.

(E) Assim como na Lei Fundamental Alemã, a Constituição Federal contém norma expressa assegurando a titularidade de direitos fundamentais às pessoas jurídicas.

2. (2024)

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, é **correto** afirmar que a Constituição Federal garante a

(A) inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença, sendo dever do Estado incentivar o exercício dos cultos religiosos, bem como proteger os locais de culto e as suas liturgias.

(B) criação de associações, independentemente de autorização, as quais somente poderão ter suas atividades suspensas por intermédio de decisão judicial, com trânsito em julgado.

(C) livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, com a devida licença, e o acesso à informação, com resguardo do sigilo da fonte, se necessário ao exercício profissional.

(D) gratuidade, aos reconhecidamente pobres, na forma da lei, do registro civil de nascimento e da certidão de óbito, bem como as ações de habeas corpus e habeas data.

(E) livre manifestação do pensamento, com o devido anonimato, bem como o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

3. (2024)

No tocante aos direitos e deveres individuais e coletivos, a Constituição Federal estabelece que

(A) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados, entre outros, a plenitude de defesa e o sigilo dos veredictos.

(B) o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

(C) constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra o Estado brasileiro e a Administração Pública.

(D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo vedada a pena de trabalhos forçados e de perdimento de bens.

(E) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia, entre outros, o tráfico ilícito de entorpecentes e os homicídios culposos contra a vida.

4. (2023)

Assinale a alternativa que contempla uma hipótese em que um Guarda Municipal poderia adentrar em uma residência, sem consentimento do morador e sem que esteja violando a Constituição Federal.

(A) Durante o dia ou à noite, com a intenção prender um criminoso sobre o qual teve notícia que estaria residindo no local.

(B) Durante o dia, com autorização do Delegado de Polícia, para investigar uma denúncia de que no dia anterior teria ocorrido um caso de violência familiar.

(C) Durante à noite, para dar apoio a policiais civis para cumprir um mandado de prisão regularmente expedido contra um réu condenado pela Justiça.

(D) Durante o dia ou à noite, se na residência estiver ocorrendo um flagrante delito ou no caso de um desastre ou, ainda, para prestar socorro.

5. (2023)

No tocante às associações, a Constituição Federal estabelece que

(A) é livre a sua criação e funcionamento, para fins lícitos, salvo as de caráter paramilitar que dependem de autorização expressa do Exército Brasileiro.

(B) a sua criação e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo, porém, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

(C) só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, mas, no primeiro caso, será exigido o trânsito em julgado.

(D) as entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

(E) ninguém poderá ser compelido a associar-se, mas uma vez integrante da associação terá o dever de permanecer associado, sob pena de multa.

6. (2023)

Um direito e garantia fundamental é o da inviolabilidade do sigilo e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo exceções. Esta norma está circunscrita na Constituição Federal aos direitos

(A) de nacionalidade e individuais.

(B) de segurança e coletividade.

(C) sociais e políticos.

(D) humanos e universais.

(E) individuais e coletivos.

7. (2023)

Sobre o princípio da duração razoável do processo, é **correto** afirmar:

(A) o controle jurisdicional da demora de ato da Administração é considerado invasão indevida do mérito administrativo.

(B) foi incluído expressamente na Constituição Federal pela Emenda Constitucional no 45/2004.

(C) não há previsão constitucional de garantia de meios que assegurem a celeridade do processo.

(D) é inadequada a ação constitucional do mandado de segurança para garantir a sua aplicação em casos concretos.

8. (2023)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

(A) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, salvo as de conteúdo processual, que dependem da respectiva regulamentação.

(B) A lei considerará crimes inafiançáveis, imprescritíveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

(C) Não haverá pena de banimento, salvo no caso de estrangeiro condenado, em decisão transitada em julgado, por tráfico ilícito de entorpecentes.

(D) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

(E) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional, que poderá apreciar casos excepcionais, assim decididos pelas autoridades nacionais.

9. (2024)

Considere que a Associação Menos Impostos impetrou mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Estado X em face de João, Secretário da Fazenda do Estado X, requerendo a declaração de inconstitucionalidade/ilegalidade da Lei Estadual no 1.234/22, que determinou a aposição de selos de controle fiscal nas embalagens de água mineral, para que seja concedida a segurança e evitada a prática de lançamento fiscal ex officio.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é **correto** afirmar que

(A) o processo deve ser extinto sem julgamento do mérito ante a evidente indicação errônea da autoridade coatora, condenando a entidade autora às custas e honorários advocatícios.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2025)

Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei no 8.429/1992).

(A) As disposições da Lei no 8.429/1992 são aplicáveis àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosa ou culposamente para a prática do ato de improbidade.

(B) Em face de disposição expressa, aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei no 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

(C) Dolo é a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos artigos da Lei, mas, em face da supremacia do interesse público, é suficiente a voluntariedade do agente.

(D) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Tribunal de Contas competente, para as providências necessárias, sob pena de responsabilidade solidária.

(E) As sanções da Lei no 8.429/1992 se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.

2. (2024)

Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa.

(A) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.

(B) A mera perda patrimonial decorrente da atividade econômica acarretará improbidade administrativa, uma vez comprovado o dolo ou a culpa.

(C) Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9o, 10 e 11 da Lei de Improbidade, bastando a voluntariedade do agente.

(D) As sanções da Lei de Improbidade se aplicarão à pessoa jurídica, ainda que o ato de improbidade seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013.

(E) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente em até 30 dias úteis, sob pena de responsabilidade.

3. (2024)

O sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa visa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, de acordo com os termos estabelecidos pela Lei no 8.429/1992. Acerca do tema, é **correto** afirmar que

(A) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso para fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

(B) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

(C) configura improbidade administrativa a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo desnecessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

(D) as disposições da Lei de Improbidade Administrativa não têm aplicação a quem não tenha a qualidade de agente público, ainda que venha a induzir ou concorrer dolosamente para a prática do ato de improbidade, caso em que a responsabilização ocorrerá na esfera do direito privado.

(E) os sucessores ou herdeiros do agente público que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente não são sujeitos à reparação do dano, em razão da obrigação do agente causador da conduta ser personalíssima.

4. (2024)

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa, no 8.429 de 2 de junho de 1992, assinale a alternativa **correta**.

(A) Sócio de pessoa jurídica de direito privado indiretamente beneficiado por ato de improbidade administrativa imputado à pessoa jurídica responderá de forma solidária pelo ato.

(B) Sucessor ou herdeiro daquele que causar dano ao erário ou se enriquecer ilícitamente em virtude da prática de ato de improbidade administrativa estarão sujeitos à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

(C) A Lei de Improbidade considera atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas consistentes em auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato ou função nas entidades referidas na lei.

(D) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis unicamente aos agentes públicos que concorram dolosamente para a prática de atos de improbidade, não havendo previsão de responsabilização de pessoas jurídicas.

(E) Perda patrimonial decorrente da atividade econômica não acarretará improbidade administrativa, ainda que comprovado ato doloso praticado com essa finalidade.

5. (2023)

A Lei nº 14.230/2021 trouxe consideráveis mudanças no texto original da Lei de Improbidade Administrativa. Conforme a novel legislação:

(A) atos de improbidade administrativa dependem de condutas dolosas.

(B) danos causados por imprudência, imperícia ou negligência podem ser configurados como atos ímprobos.

(C) de acordo com a nova Lei de Improbidade Administrativa, o prazo para condução do Inquérito Civil passa a ter duração de 6 (seis) meses e pode ser prorrogado uma única vez.

(D) é desnecessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente na nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos para configurar improbidade.

(E) a titularidade da ação de improbidade deixou de ser exclusiva do Ministério Público.

6. (2023)

Suponha que uma autoridade administrativa tenha tido conhecimento de fatos que constituem indícios da prática de improbidade. Segundo a Lei no 8.429/92, nessa situação, ela deverá

(A) mandar instaurar o inquérito civil público para a devida apuração.

(B) comunicar a autoridade policial competente para a abertura do inquérito.

(C) oficiar ao Poder Judiciário para as medidas judiciais cabíveis.

(D) representar ao Ministério Público para as providências necessárias.

(E) comunicar ao seu superior hierárquico para aplicação das penalidades cabíveis.

7. (2023)

Assinale a alternativa **correta** sobre a lei de improbidade administrativa, no 8429/1992.

(A) A obrigação de reparar integralmente o dano ao erário em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa é transmissível aos herdeiros ou sucessores, além do limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

(B) Aquele que exerce transitoriamente e sem remuneração mandato em órgão público não está sujeito à aplicação da lei de improbidade administrativa.

(C) Atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada, que recebe subvenção, benefício ou incentivo fiscal ou creditício da União, estão sujeitos às penas da lei de improbidade administrativa.

(D) O particular que não possui qualquer vínculo ou relacionamento com a administração pública pode ser responsabilizado por ato de improbidade administrativa se agir culposamente.

(E) Todos os ilícitos previstos na lei de improbidade exigem dolo do agente e enriquecimento ilícito.

LEGISLAÇÃO INTERNA

1. 2025

De acordo com a Resolução nº 850/2021, o teletrabalho não será permitido quando:

- (A) houver redução de produtividade da unidade.
- (B) houver necessidade de uso de sistemas não informatizados.
- (C) o(a) servidor(a) estiver em estágio probatório.
- (D) gerar qualquer tipo de despesa ao Tribunal de Justiça.

2. 2025

Segundo o art. 5º da Resolução nº 850/2021, os(as) servidores(as) e magistrados(as) em regime de teletrabalho devem:

- (A) Receber do TJSP os equipamentos necessários ao desempenho remoto.
- (B) Providenciar, às suas expensas, todos os recursos físicos e tecnológicos necessários.
- (C) Utilizar apenas equipamentos fornecidos pela unidade de lotação.
- (D) Solicitar previamente à STI a homologação dos equipamentos antes do uso.

3. 2025

Sobre os direitos do(a) servidor(a) em teletrabalho, assinale a alternativa correta:

- (A) Tem direito ao auxílio-alimentação e ao auxílio-transporte.
- (B) Recebe somente o auxílio-transporte, por estar em regime remoto.
- (C) Tem assegurados os mesmos direitos do regime presencial, exceto o auxílio-transporte.
- (D) Não faz jus a nenhuma das verbas acessórias do trabalho presencial.

4. 2025

Nas unidades de primeiro grau, com exceção dos gabinetes, o percentual máximo de servidores(as) em teletrabalho, conforme a Resolução nº 850/2021, é de:

- (A) 30%
- (B) 50%
- (C) 70%
- (D) 100%

5. 2025

É vedada a participação em teletrabalho ao(à) servidor(a) que:

- (A) não tenha participado de curso de capacitação.
- (B) tenha sido promovido(a) recentemente.
- (C) esteja no primeiro ano do estágio probatório.
- (D) não tenha apresentado declaração de residência.

6. 2025

De acordo com a Resolução nº 850/2021, o intervalo para almoço do servidor(a) em teletrabalho deve ocorrer:

- (A) entre 11h e 13h.
- (B) entre 12h e 14h, com 30 minutos de duração e tolerância de 15 minutos.
- (C) entre 13h e 15h, obrigatoriamente com 1 hora de pausa.
- (D) a critério do servidor, mediante comunicação à chefia imediata.

7. 2025

O registro de frequência do(a) servidor(a) em teletrabalho será realizado por meio de:

- (A) assinatura digital em sistema de ponto eletrônico.
- (B) relatório semanal de atividades.
- (C) sistema de “log in” e “log off”.
- (D) envio diário de planilhas à chefia.

8. 2025

Sobre o plano de trabalho no teletrabalho, assinale a afirmativa correta:

- (A) Deve ser elaborado exclusivamente pela chefia imediata.
- (B) É exigido apenas nos primeiros 30 dias de teletrabalho.
- (C) Pode ser alterado a qualquer tempo, observando o interesse da Administração.
- (D) Não é obrigatório nas unidades da capital.

9. 2025

O servidor(a) poderá ser desligado(a) do regime de teletrabalho:

- (A) apenas por descumprimento de metas.
- (B) somente após decisão judicial.
- (C) por solicitação pessoal ou no interesse da Administração.
- (D) unicamente se houver denúncia anônima.

10. 2025

O Grupo de Acompanhamento do Teletrabalho – GA-Tel:

- (A) é composto exclusivamente por magistrados(as) designados(as) pelo CNJ.
- (B) tem como atribuição principal realizar correições presenciais.
- (C) é instituído por ato do Presidente do TJSP, sem direito a benefícios adicionais.
- (D) possui competência exclusiva para autorizar novos regimes de teletrabalho.

11. 2025

De acordo com o art. 2º da Resolução nº 963/2025, é considerado um princípio orientador da utilização do sistema eproc:

- (A) Autonomia total das unidades para modificações técnicas.
- (B) Adaptação local do sistema para atendimento a casos específicos.
- (C) Aderência à versão nacional, evitando fragmentações.
- (D) Priorização de sistemas alternativos em caso de falha.

12. 2025

Qual órgão é responsável por coordenar a governança do sistema eproc e intermediar as demandas locais com a versão nacional?

- (A) Núcleo de Gestão Técnica – NGT.
- (B) Comitê Interinstitucional.
- (C) Comitê Gestor do eproc – CGe.
- (D) Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.

13. 2025

Segundo o art. 10 da Resolução nº 963/2025, após a implantação do eproc em determinada competência:

- (A) Os processos poderão continuar sendo ajuizados no sistema anterior.
- (B) O ajuizamento de novos processos será opcionalmente feito no eproc.
- (C) Apenas recursos serão ajuizados no eproc.
- (D) O ajuizamento de novos processos será exclusivamente feito por meio do eproc.

14. 2025

Nos termos da Resolução nº 963/2025, quem realiza o credenciamento dos usuários internos com perfil de gestor do sistema?

- (A) Presidência do TJSP.
- (B) Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.
- (C) Secretaria de Governança de Sistemas – SGS.
- (D) Chefia imediata da unidade.

15. 2025

O descumprimento das diretrizes de uso adequado do eproc sujeita o usuário a:

- (A) Advertência verbal apenas.
- (B) Exclusão imediata do sistema, sem direito à defesa.
- (C) Sanções administrativas, civis, criminais e processuais.
- (D) Cancelamento definitivo da senha de acesso.

16. 2025

Haverá prorrogação de prazos processuais se a indisponibilidade do sistema eproc:

- (A) Dura mais de 30 minutos em qualquer horário.
- (B) Ocorre por qualquer período, inclusive em finais de semana.
- (C) For superior a 60 minutos entre 12h e 23h.
- (D) Ocorre entre 00h01 e 11h59.

MATEMÁTICA

1. (2024)

No depósito de uma loja há determinado número de caixas dos produtos A, B, C, D e E. A tabela apresenta algumas informações sobre o número de caixas de cada produto.

Produto	No de caixas
A	4
B	8
C	x
D	2x
E	10

Após a compra de mais 4 caixas do produto C e nenhuma caixa dos demais produtos, a média aritmética do número de caixas desses 5 produtos passou a ser uma caixa a menos do que a média aritmética do número de caixas dos produtos D e E. A média aritmética do número de caixas desses 5 produtos, após a compra citada, passou a ser igual a

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

2. (2024)

Eliana encomendou 3 pizzas para uma confraternização com seus alunos, dos seguintes sabores: a primeira pizza, metade muçarela, metade calabresa; a segunda pizza, metade frango, metade palmito; e a terceira pizza, um terço brigadeiro, um terço banana e um terço morango. A tabela a seguir apresenta os preços individuais das pizzas de cada um desses sabores, sendo que, para o cálculo do preço de uma pizza com mais de um sabor, é aplicada a média aritmética simples dos preços individuais dos sabores presentes na pizza:

Sabor	Preço
Muçarela	R\$ 37,50
Calabresa	R\$ 36,00
Frango	R\$ 45,50
Palmito	R\$ 48,00
Brigadeiro	R\$ 44,00
Banana	R\$ 38,50
Morango	R\$ 39,00

Se a pizzaria cobra uma taxa de entrega correspondente a 10% do valor do pedido, o valor total a ser pago por Eliana por essa encomenda é

- (A) R\$ 124,00.
- (B) R\$ 128,20.
- (C) R\$ 132,50.
- (D) R\$ 136,40.
- (E) R\$ 138,20.

3. (2024)

Um estudante, que gosta de ler muitos livros por ano, tem o hábito de anotar o número de livros lidos em cada ano. A tabela fornece algumas informações sobre o número de livros lidos por esse estudante, de 2020 a 2023.

Ano	Nº de livros lidos
2020	7
2021	8
2022	12
2023	x

Sabendo que a média aritmética do número de livros lidos nesses 4 anos foi igual ao número de livros lidos em 2023, então, o número de livros que esse estudante terá que ler em 2024, para que a média aritmética desses 5 anos (2020, 2021, 2022, 2023, 2024) supere em 1 livro a média aritmética dos 4 anos anteriores (2020, 2021, 2022, 2023), será igual a

- (A) 18.
- (B) 15.
- (C) 14.
- (D) 12.
- (E) 10.

4. (2024)

A média aritmética dos números de funcionários por andar em determinado edifício comercial é igual a 45 funcionários. Os dois primeiros andares desse edifício passarão por uma reforma e os funcionários desses andares serão distribuídos pelos demais andares. Se durante a reforma, a média aritmética dos números de funcionários por andar que não estiver em reforma será igual a 50 funcionários, o número de funcionários desse edifício é

- (A) 720.
- (B) 765.
- (C) 810.
- (D) 855.
- (E) 900.

5. (2024)

Sobre três amigos que nasceram em anos distintos, sabe-se o seguinte: o que tem a menor idade é 2 anos e meio mais novo que o amigo que não tem a maior idade, e o amigo que tem a maior idade é 7 anos mais velho que o amigo que não tem a menor idade.

Sobre a média aritmética simples das idades desses três amigos, é correto afirmar que corresponde a um ano

- (A) a mais do que a idade do amigo novo.
- (B) e meio a menos do que a idade do amigo que não é o mais novo e também não é o mais velho.
- (C) e meio a mais do que a idade do amigo que não é o mais novo e também não é o mais velho.
- (D) a menos do que a idade do amigo mais velho.

6. (2024)

A tabela a seguir mostra o número de casos de certa doença registrados por mês em uma cidade, durante o ano de 2023.

Mês	Nº de casos registrados
Janeiro	18
Fevereiro	17
Março	10
Abril	14
Maió	11
Junho	20
Julho	13
Agosto	8
Setembro	9
Outubro	8
Novembro	10
Dezembro	24

Ao se calcular a média aritmética simples dos números de casos registrados para o período de janeiro a junho de 2023, e compará-la com a média calculada para o período de julho a dezembro do referido ano, verifica-se que aquela é, em relação a esta, um valor

- (A) 30% maior.
- (B) 28% maior.
- (C) 26% maior.
- (D) 25% maior.
- (E) 20% maior.

INFORMÁTICA

1. (2024)

Um usuário do MS-Windows 10, por meio do Explorador de Arquivos, ambos em configuração original, decidiu trabalhar em duas pastas locais de seu computador. A pasta Pasta1, contendo apenas os arquivos um.txt e dois.txt; e a pasta Pasta2, contendo apenas o arquivo tres.txt. O usuário acessa a Pasta1, seleciona os dois arquivos, pressiona Ctrl + C. Em seguida, acessa a Pasta2, seleciona o arquivo tres.txt, pressiona Ctrl + X e, por fim, Ctrl + V.

Considerando que o usuário tem permissão para executar todas as operações e que quaisquer mensagens do sistema foram confirmadas pelo usuário, ao final de todas as operações descritas, a Pasta2 possui

- (A) os arquivos um.txt, dois.txt e tres.txt.
- (B) os arquivos um.txt e dois.txt, apenas.
- (C) nenhum arquivo.
- (D) o arquivo tres.txt, apenas.
- (E) um arquivo chamado Cópia de tres.txt.

2. (2024)

Um usuário entrou em uma pasta local de seu computador, por meio do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, ambos em configuração padrão, contendo apenas 5 arquivos, todos do tipo txt, e viu a seguinte listagem de arquivos, cuja visualização está usando um determinado tipo de ordenação de arquivo

2_arquivo 1Arquivo
_2Arquivo
_1arquivo
_arquivo

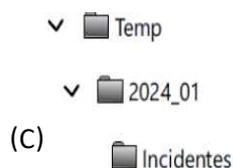
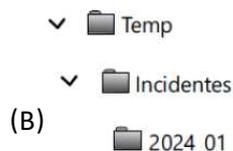
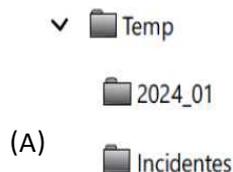
O usuário, então, escolheu ordenar esses 5 arquivos usando o critério de nome do arquivo. O arquivo que ficará na terceira posição da ordenação é

- (A) 1Arquivo
- (B) _1arquivo
- (C) _arquivo
- (D) 2_arquivo
- (E) _2Arquivo

3. (2024)

Em um computador com Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, um atalho foi criado na Área de Trabalho apontando para o seguinte endereço: C:\Temp\Incidentes\2024_01\Lista.txt

Assinale a alternativa que mostra a estrutura de pastas que contém o arquivo Lista.txt, de acordo com o atalho mencionado anteriormente, usando o Explorador de Arquivos, também em sua configuração padrão, a partir da pasta Temp.



4. (2024)

Tem-se a seguinte estrutura de pastas, criada no Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão.



A pasta Temp contém um arquivo chamado Controle.txt. Usando o Explorador de Arquivos, também em sua configuração padrão, um usuário abriu a pasta Temp, selecionou o arquivo Controle.txt e pressionou CTRL+C. Em seguida, o usuário executou as seguintes ações, nesta ordem:

- I. Ainda a pasta Temp, pressionou CTRL+V.
- II. Abriu a pasta 2023 e pressionou CTRL+V.
- III. Abriu a pasta 2024 e pressionou CTRL+V.

Assinale a alternativa que indica quantas vezes o arquivo Controle.txt foi colado.

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 2
- (D) 3
- (E) 6

5. (2024)

Um usuário do MS-Windows 10, em sua configuração padrão, possui duas pastas em seu computador. A pasta UM contém os arquivos a.txt, b.docx e c.xlsx. A pasta DOIS contém os arquivos a.docx, b.txt e c.xlsx. O usuário acessou a pasta UM e selecionou os arquivos a.txt e c.xlsx e pressionou Ctrl + X. Em seguida, acessou a pasta DOIS e pressionou Ctrl + V. Ainda na pasta DOIS, o usuário selecionou todos os arquivos e pressionou CTRL+C.

Acessou novamente a pasta UM e pressionou Ctrl + V.

Considerando que todas as operações foram executadas com sucesso, confirmando as ações em caso de mensagens, o número de arquivos na pasta UM, após todas as ações descritas é

- (A) 5.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 1.

6. (2024)

Um técnico de informática foi chamado para instalar um teclado em um microcomputador do tipo IBM-PC, com Microsoft Windows 10, em sua configuração padrão, sendo que esse teclado possui a tecla Alt Gr, disposta à direita da barra de espaço. Para que essa tecla possa ser utilizada, esse técnico precisa configurar esse teclado no padrão

- (A) QWERTY
- (B) US International
- (C) ASCII
- (D) ABNT2
- (E) AZERTY

7. (2024)

Assinale a alternativa que indica uma ação possível de ser executada pelo firewall Windows Defender, do Windows 10, em sua configuração padrão.

- (A) Monitorar tráfego de rede.
- (B) Inativar usuários sem login há mais de 30 dias.
- (C) Corrigir pacotes de dados com erro.
- (D) Permitir apenas conexões de entrada específicas com o Remote Desktop.
- (E) Oferecer acesso offline aos recursos de rede.

8. (2024)

No Windows 10 em sua configuração padrão, ao selecionar três arquivos simultaneamente no explorador de arquivos, sendo um deles com a extensão TXT, o outro com extensão DOCX e um outro com extensão PDF, e clicar com o botão do teclado ENTER, qual será a ação executada pelo sistema?

- (A) Serão abertos os três arquivos, cada qual utilizando o programa padrão configurado para abrir o tipo de arquivo específico.
- (B) Será aberto o arquivo TXT em razão da precedência deste tipo de arquivo aos demais.
- (C) Será aberto o arquivo TXT e mostrada uma mensagem perguntando ao usuário se deseja abrir os demais arquivos selecionados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (2024)

Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

I. Pedro é um bom mecânico. FALSIDADE.

II. Juliana gerencia pessoas. VERDADE.

III. Marcos é um folgado. VERDADE.

IV. Isabel trabalha mais de 30 horas por semana. FALSIDADE.

Foram criadas cinco proposições compostas a partir das afirmações anteriores. Levando-se em conta o valor lógico de cada afirmação, a única alternativa cuja proposição é logicamente verdadeira é

(A) Se Marcos é um folgado, então Pedro é um bom mecânico.

(B) Isabel não trabalha mais de 30 horas por semana, e Juliana não gerencia pessoas ou Pedro é um bom mecânico.

(C) Marcos não é um folgado se, e somente se, Juliana gerencia pessoas.

(D) Se Pedro é um bom mecânico ou Isabel não trabalha mais de 30 horas por semana, então Marcos é um folgado.

(E) Juliana não gerencia pessoas ou Isabel trabalha mais de 30 horas por semana ou Pedro é um bom mecânico.

2. (2024)

Considere a afirmação composta condicional:

Se a probabilidade de passar é razoável, então eu estudo e não desanimo. Uma afirmação que corresponde à sua negação lógica é:

(A) Se eu não estudo e desanimo, então a probabilidade de passar não é razoável.

(B) Se a probabilidade de passar não é razoável, então eu não estudo e desanimo.

(C) A probabilidade de passar é razoável, e eu não estudo ou desanimo.

(D) A probabilidade de passar não é razoável, e eu não estudo ou desanimo.

(E) A probabilidade de passar não é razoável, ou eu não estudo e desanimo.

3. (2024)

Assinale a alternativa que seja logicamente equivalente à afirmação: Se o esforço é recompensado, então desistir não é a escolha.

(A) Desistir não é a escolha ou o esforço é recompensado.

(B) Se desistir é a escolha, então o esforço não é recompensado.

(C) Se desistir não é a escolha, então o esforço é recompensado.

(D) O esforço não é recompensado e desistir é a escolha.

(E) O esforço não é recompensado ou desistir é a escolha.

4. (2024)

Assinale a alternativa que corresponde à negação lógica da afirmação: Corro todos os dias e, se jogo bola, então não tenho disposição.

(A) Jogo bola e tenho disposição ou não corro todos os dias.

(B) Não tenho disposição ou não jogo bola ou não corro todos os dias.

(C) Se tenho disposição, então jogo bola e corro todos os dias.

(D) Se não corro todos os dias, então tenho disposição e jogo bola.

(E) Não corro todos os dias e, se não jogo bola, então tenho disposição.

5. (2024)

Considere a proposição: Se todas as ruas foram vistoriadas, então a ronda está completa. Uma proposição que corresponde à negação lógica da proposição inicial é:

(A) Se nem todas as ruas foram vistoriadas, então a ronda não está completa.

(B) Nem todas as ruas foram vistoriadas ou a ronda está completa.

(C) Se a ronda não está completa, então todas as ruas foram vistoriadas.

(D) Todas as ruas foram vistoriadas e a ronda não está completa.

6. (2024)

Considere a proposição: A proteção não é suficiente ou o local está seguro. Uma proposição que seja equivalente lógica desta proposição é

- (A) A proteção é suficiente, e o local não está seguro.
- (B) Se a proteção é suficiente, então o local está seguro.
- (C) Se o local está seguro, então a proteção é suficiente.
- (D) A proteção é suficiente ou o local está seguro.

7. (2024)

Considere a afirmação:

Os garfos têm quatro pontas ou as facas não são afiadas. Uma afirmação logicamente equivalente a essa é:

- (A) Se os garfos não têm quatro pontas, então as facas não são afiadas.
- (B) Se as facas não são afiadas, então os garfos não têm quatro pontas.
- (C) Os garfos têm quatro pontas se, e somente se, as facas são afiadas.
- (D) Os garfos têm quatro pontas e as facas não são afiadas.
- (E) Se as facas são afiadas, então os garfos não têm quatro pontas.

8. (2024)

A negação lógica da afirmação “A isca é boa ou se a pesca não aconteceu, então não tinha peixe.” é:

- (A) A isca não é boa ou se tinha peixe, então a pesca aconteceu.
- (B) Se a isca é boa, então a pesca aconteceu e não tinha peixe.
- (C) A isca não é boa e a pesca não aconteceu e tinha peixe.
- (D) Se a isca não é boa, então a pesca não aconteceu e tinha peixe.
- (E) A pesca aconteceu e tinha peixe e a isca não é boa.

9. (2023)

Considere a seguinte afirmação: Se Júnior é auxiliar técnico de controle externo, então ele prestou um concurso.

Assinale a alternativa que contém uma correta negação lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Júnior é auxiliar técnico de controle externo e ele não prestou um concurso.

(B) Se Júnior não é auxiliar técnico de controle externo, então ele não prestou um concurso.

(C) Júnior não é auxiliar técnico de controle externo, mas ele prestou um concurso.

(D) Se Júnior não prestou um concurso, então ele não é auxiliar técnico de controle externo.

(E) Júnior não é auxiliar técnico de controle externo e não prestou um concurso.

10. (2023)

Sabe-se que é falsa a seguinte afirmação: Se Nice realizou as pesquisas de preço, então Nico realizou a conferência de cálculos e Joe organizou as agendas.

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira.

(A) Nico não realizou a conferência de cálculos, e Joe não organizou as agendas.

(B) Joe não organizou as agendas, ou Nice não realizou as pesquisas de preço.

(C) Nice não realizou as pesquisas de preço, e Nico não realizou a conferência de cálculos.

(D) Joe organizou as agendas, e Nice realizou as pesquisas de preço.

(E) Nice realizou as pesquisas de preço, ou Nico realizou a conferência de cálculos.

11. (2023)

Em uma reunião, com seus colaboradores, o chefe do atendimento diz: “Se o atendimento é bom, então o cliente fica satisfeito e volta”. A alternativa que contém uma afirmação equivalente à afirmação do chefe é:

(A) Se o cliente fica satisfeito e volta, então o atendimento é bom.

(B) Se o cliente não fica satisfeito ou não volta, então o atendimento não é bom.

(C) O cliente fica satisfeito ou volta e o atendimento é bom.

(D) Se o cliente não fica satisfeito ou volta, então o atendimento não é bom.

(E) O atendimento é bom e o cliente fica satisfeito e volta.